

NÓBREGA, Vera Lúcia Gomes. **Linguagem e expressão popular:**  
O saber produzido na práxis social. Fortaleza: UFC/Curso  
de Mestrado em Educação, 1990. 190p.

No presente estudo discute-se a questão — linguagem e classe trabalhadora — na relação sociedade e educação, tomando a sociologia da linguagem como referência, no sentido de compreender o uso da linguagem como prática social e educativa, comprometida com a luta contra as desigualdades sociais. A questão fundamental que o orienta é a reflexão crítica sobre a ação educacional como prática política, destacando a importância da reforma intelectual e moral, no processo de elevação cultural das massas, como meio de favorecer a luta política da classe trabalhadora, considerando a afirmação de GRAMSCI de que “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica”.

Nessa perspectiva, a educação, enquanto prática social, exige uma produção de trabalho participativo, um esforço conjunto entre educador e educando, no sentido de gerar mecanismos de ação que favoreçam a construção de uma sociedade mais justa e humana, referenciando o saber como instrumento de luta social.

A idéia principal é investigar como o exercício da linguagem oral e escrita, enquanto prática educacional, pode avançar na reflexão crítica do social, colocando a linguagem a serviço dos interesses da classe trabalhadora, ou seja, desmitificar o seu uso como veículo condutor da ideologia burguesa.

Nesse sentido, destaca-se a experiência de Educação Popular de um grupo de jovens da classe trabalhadora (entre 10 e 17 anos), moradores da Comunidade Cristo Redentor — Pirambu, objetivando analisar criticamente o significado do saber elaborado nas relações de trabalho. Acredita-se que, através do desenvolvimento da linguagem, é possível viabilizar uma



práxis educativa capaz de elevar culturalmente as massas. Isso significa desenvolver um projeto de educação popular que possa promover a superação das formas de consciência existentes, criar e popularizar um novo senso comum que permita a elaboração crítica da filosofia da práxis e a geração de mecanismos e forças suficientes para instrumentalizar a luta política da classe trabalhadora.

PINHEIRO, Ivanice Montezuma de Carvalho. **Matemática, privilegiado de alguns?** Um estudo à luz da epistemologia genética. Fortaleza: UFC/Curso de Mestrado em Educação, 1990. 91p.

Este trabalho visa a ajudar aqueles que, ensinando matemática em escolas de primeiro e segundo Graus, se angustiam por notarem que, apesar de seus esforços, o rendimento de seus alunos não corresponde aos seus anseios.

Preocupados com as dificuldades que a maioria dos estudantes tem em aprender matemática, realizamos uma pesquisa com alunos de 6.ª série do primeiro Grau e, ao mesmo tempo, com alunos das três séries do Curso Pedagógico de quatro escolas de Fortaleza, sendo duas públicas e duas particulares.

O nosso objetivo foi verificar se realmente existe essa deficiência na aprendizagem da matemática e buscar suas causas e possíveis soluções. A partir de duas hipóteses, começamos a trabalhar com esses estudantes. Essas hipóteses suspeitavam que as deficiências da aprendizagem da matemática são devidas a:

H1 — não adequação dos conteúdos programáticos ao nível de desenvolvimento mental dos alunos e,

H2 — falta de domínio dos conteúdos dos programas, pelos professores de primeiro Grau que também não são treinados para o uso de uma metodologia motivadora e adequada ao ensino da matemática.

Em razão de nossa primeira hipótese, fundamentamos teoricamente a nossa pesquisa na Epistemologia Genética, tal e qual a descreve Jean Piaget. Como fundamentação de nossa segunda hipótese revimos obras de vários autores que se ocuparam com a atualização metodológica de matemática e, ainda, publicações do MEC sobre Didática da matemática e publicações que contêm os resumos de conferências realizadas por ocasião do 41.º encontro anual promovido pela Sociedade Bra-

sileira para o Progresso da Ciência (SBPC). O nosso trabalho teve embasamento, sobretudo, na utilização da nossa prática docente, no magistério de segundo Grau, nos Cursos de Contabilidade, Científico e, principalmente, no Curso Pedagógico.

Não ousamos dizer que o nosso trabalho oferece a possibilidade de solucionar o grave problema do ensino deficitário da matemática, mas esperamos que ele seja um alerta para que os professores de matemática e os administradores se conscientizem de que o problema existe e que é preciso iniciar urgentemente a busca de soluções apropriadas.

MAZULO, Antonio de Pádua Raposo. **Relação entre o desempenho de crianças em tarefas piagetianas de seriação e inclusão de classes e os resultados escolares em matemática.** Fortaleza: UFC/Curso de Mestrado em Educação, 1990. 98p.

O estudo se propôs a diagnosticar a psicogênese das operações de seriação e de inclusão de classes e investigar a relação entre o fracasso escolar em Matemática e os estágios evolutivos segundo a expectativa piagetiana. A pesquisa foi realizada com 125 alunos da primeira à quarta série de uma escola pública estadual de Fortaleza, Ceará. Os resultados obtidos nos testes de seriação e de classificação confirmaram a hipótese de que existe diferença de desempenho entre as crianças testadas. Foi utilizada a prova U de Mann-Whitney como teste estatístico. Com relação ao desempenho em testes de inclusão de classes e o resultado escolar em Matemática foi observada correlação — pelo coeficiente de Spearman — entre as crianças da 1.ª série; entretanto, tal não se verificou com os alunos da 3.ª série. A análise dos dados indica a existência de atraso na construção das estruturas lógico-matemáticas nas crianças selecionadas o que parece justificar os altos índices de reprovação em Matemática entre as crianças das séries iniciais do 1.º grau.

SEVERIANO, Maria de Fátima Vieira. **Análise psicológica dos processos subjetivos da dominação:** uma visão marcuseana das sociedades industriais modernas. Fortaleza: UFC/Curso de Mestrado em Educação, 1990. 186p.

A autora utiliza o referencial teórico de Marcuse para demonstrar a importância da dimensão subjetiva do ser humano como elemento indispensável ao seu processo de libertação e



emancipação. Explicita o procedimento repressivo das sociedades industriais modernas revelando a questão da manipulação da subjetividade humana como a forma predominante de dominação social. Descreve as principais características dessas sociedades e as modificações causadas por estas à estrutura psíquica do homem. Tal análise é possível graças a uma aproximação dialética de Marx e Freud, elaborada por Marcuse, a fim de investigar os efeitos da ideologia a nível inconsciente. A autora, por fim, discute e propõe uma revalorização do fator subjetivo na História como um dos elementos imprescindíveis à conscientização do sujeito em sua luta por uma práxis emancipatória.

MOREIRA, Maria Laura. **História da luta sindical do magistério cearense (1942 — 1985)** Fortaleza: UFC/Curso de Mestrado em Educação, 1990. 155p.

A proposta básica da dissertação "História da Luta Sindical do Magistério Cearense — 1942 - 1985" é o resgate histórico dos movimentos de organização política do magistério e a compreensão de como se foi articulando o movimento político-organizativo dos professores da rede Privada e Pública, de 1.º e 2.º graus de ensino do Estado do Ceará, ao lado das lutas da classe trabalhadora, não só no que diz respeito à questão de melhores condições de trabalho e salários, mas também a luta pela universalização da educação pública e gratuita, e de boa qualidade, nos três níveis de ensino.

Para isso, resgata-se a história de lutas da classe trabalhadora e dos educadores brasileiros nesse período, por organismos sindicais autônomos e independentes de patrões e do Estado, tendo em vista não apenas lutas específicas, mas principalmente lutas gerais, significando o movimento histórico dialético pela conservação ou transformação da estrutura sócio-econômica e política do país.

A metodologia de investigação privilegiou depoimentos, fontes hemerográficas, depoimentos das organizações dos trabalhadores e do magistério, para melhor compreensão das forças políticas que existem no interior do movimento pesquisado.

Os fenômenos analisados na dissertação referem-se predominantemente às ações políticas dos dirigentes das estruturas organizativas do magistério.

MOTA, Maria das Graças Souto. **A agressividade da criança e sua relação com as atitudes familiares e as práticas educativas**. Fortaleza: UFC/Curso de Mestrado em Educação, 1990. 126p.

Uma das grandes preocupações dos educadores, psicólogos, sociólogos e demais estudiosos, na década de 80, tem sido a agressividade. Um estudo de como a agressividade se manifesta nas relações familiares e nas práticas educativas se constitui o objeto de estudo deste trabalho.

Verificou-se que a agressividade é um dos elementos essenciais da personalidade, cuja gênese emerge de fenômenos neurológicos, psicológicos e sociais, desde a mais tenra idade do ser, englobando os instintos de descoberta, atividade de posse e preservação da espécie. Nesta perspectiva, a agressividade é um fenômeno normal. No entanto, quando transcende o limite da convivência interpessoal torna-se patológica, uma vez que a dimensão instintiva é acrescida de hostilidade destrutiva, violência, vontade deliberada de prejudicar, incomodando não só as pessoas que compõem o contexto das relações interpessoais, como também ao próprio indivíduo, ao perceber a sua inadequação social.

O objetivo deste estudo, portanto, é analisar a relação existente entre agressividade das crianças e as práticas educativas familiares e escolares na concepção dos pais e professores. Para tanto, realizou-se uma pesquisa descritiva em 08 (oito) escolas do sistema de ensino público de Fortaleza-Ceará. Identificou-se 28 (vinte e oito) crianças consideradas agressivas utilizando-se dados de uma ficha de observação de comportamento preenchida pelas professoras das classes onde estas crianças estavam lotadas. Dados relativos às atitudes e comportamentos das referidas crianças frente às relações familiares, às práticas educativas escolares, e como seus pais e professores atuam durante as atividades educativas e as relações interpessoais foram obtidos através de formulários e questionários aplicados às professoras e aos pais.

Verificou-se que, em geral, as atitudes dos pais e dos professores limitam-se a: cercear e reprimir a agressividade em vez de canalizá-la para fins socialmente aceitos. As práticas educativas, tanto da escola como das famílias, não apresentam uma proposta pedagógica, e sim atitudes de insegurança, sentimento de carência afetiva, além de não preencherem de forma adequada o tempo da criança considerada agressiva.



Concluiu-se então que tanto as práticas educativas familiares como as escolares não atendem às necessidades das crianças consideradas agressivas. Logo torna-se necessário repensar a ação da educação formal (escolar) e informal (familiar e social) de modo que o fenômeno atípico da agressividade seja minimizado durante o desenvolvimento da personalidade da criança.

VIEIRA, Neiva Francenely Cunha. **O trabalho da parteira em área rural:** apropriação da força de trabalho ou transformação do sujeito. Fortaleza: UFC/Curso de Mestrado em Educação, 1991. 114p.

O presente estudo trata de investigação do cotidiano de um grupo de sujeitos que desenvolvem uma prática de atendimento à saúde junto a seus pares. As parteiras domiciliares, de unidade e hospitalares, possuem um ponto em comum: o de atender o outro, no ato da parturição. Através do método qualitativo, utilizando os procedimentos de entrevista e observação participante, pretendemos resgatar a historicidade desses sujeitos, a partir de suas falas acerca de si mesmas e da realidade que as cercam. Daí contextualizar esses sujeitos num movimento social mais amplo, numa análise histórica e social dos significados dos seus discursos, para compreender a direção e a tendência histórico-social desses sujeitos no ato de atender no cotidiano.

FREITAS, Ilzeni Dias de. **A práxis social do professor rural.** Fortaleza: UFC/Curso de Mestrado em Educação, 1990. 158p. (Dissertação de Mestrado).

Este estudo procura analisar a práxis social do professor rural — PR — no sentido de compreender o seu papel de agente político junto ao campesinato e saber qual o seu significado social no processo de organização dos camponeses.

Ao longo deste trabalho, procura-se analisar criticamente a práxis social do PR nas dimensões produtiva e política, tendo, como eixo das preocupações, identificar: o projeto político que o PR vem defendendo no seu dia-a-dia (levando-se em consideração suas reais condições de vida e de trabalho); a forma de atuação, junto ao camponês, do PR que defende a proposta política da classe trabalhadora (levando-se em consideração suas

diversas atividades: camponês e professor/camponês e as múltiplas relações de dependência econômica e política, submissão e opressão); sua atuação junto à população rural, no sentido de favorecer a organização da classe trabalhadora do campo, ajudando o camponês na compreensão de sua realidade e na participação no processo de transformação social.

Considerando que a práxis social do PR se dá em uma realidade contraditória, escolheram-se, para análise dos fenômenos estudados nesta realidade, alguns conceitos básicos do materialismo histórico e dialético que ajudam a explicar o real a partir de suas contradições.

O estudo conclui que o camponês/professor tem papel significativo no processo de organização dos trabalhadores rurais à medida que defende o projeto político desta classe em decorrência das seguintes razões: pela facilidade de penetração do PR nos grupos sociais da zona rural, pela confiança que a população camponesa deposita neste sujeito, pela maior possibilidade de acesso ao saber elaborado, pelo papel que exerce de educar a criança camponesa, ajudando-a a conquistar a sua cidadania, e por ser essencialmente camponês.

DIAS, Ana Maria Iorio. **Classes de alfabetização na rede oficial de ensino no Estado do Ceará:** desafio e mudança? Fortaleza: UFC/Curso de Mestrado em Educação, 1990. 130p.

Este trabalho analisa a situação da pré-escola, em especial das classes de alfabetização, nas escolas públicas estaduais do município de Fortaleza, a partir das exigências contidas no atual Plano de Educação do Estado, que estabelece novas propostas para o setor educacional. O objetivo é verificar a implantação das sugestões presentes no Plano, ou seja, constatar como essas mudanças estão acontecendo a nível técnico, e como estão se processando nas escolas.

Os resultados mostram contradições quanto ao nível de conhecimento da proposta educacional, distorções e dificuldades na implantação das medidas determinadas no atual plano de educação, além de um clima de insatisfação generalizada tanto nos técnicos como nas escolas visitadas.



VERAS, Maria Eudes Bezerra. **Estado e financiamento da educação**. Fortaleza: UFC/Curso de Mestrado em Educação, 1990. 308p. (Dissertação de Mestrado).

O estudo dedica-se à análise do financiamento da educação brasileira, especialmente do Estado do Ceará, situado no Nordeste do Brasil, a partir do ano de 1964 (corpo do Estado militar), abrangendo as principais fontes de financiamento definidas pelo Estado militar tecnográfico e sua repercussão numa determinada realidade.

A idéia central do trabalho é de que o financiamento da educação constitui-se numa forma específica de intervenção do Estado capitalista na sua fase monopolista, articulando-se de modo a atender a interesses diferenciados e conflitantes, sob o discurso do neo-liberalismo de direito à educação, de gratuidade do ensino e de reconhecimento dos direitos sociais.

A análise detém-se na questão do Estado capitalista e o capitalismo brasileiro, investigando-se a legislação e a estrutura de financiamento da educação, explicitando-se as principais fontes, o seu percurso, o processo de redistribuição, o confronto Estados ricos x Estados pobres, quanto ao Salário Educação e o financiamento da escola privada, onde a educação, de serviço, passa a mercadoria. Tenta-se captar que o financiamento, mesmo dividido, separado, define a política educacional do País.

A investigação não traz conclusões originais ou definitivas sobre o tema, mas repõe inquietações quanto à dependência de Estados em relação aos recursos federais, os mecanismos utilizados pela escola privada para apropriar-se de recursos públicos e a questão do clientelismo, a partir da gestão de pessoal, num determinado contexto.

HOLANDA, Maria Laudícia de O. **Os movimentos sociais em Quixadá**: uma análise a partir da Associação dos Colonos do Cedro — ACC. Fortaleza: UFC/Curso de Mestrado em Educação, 1990. 185p. (Dissertação de Mestrado).

Este estudo procura analisar como se dão as relações entre o Estado e as entidades de classes populares, a partir das práticas da Associação dos Colonos do Cedro — ACC.

Para uma análise crítica destas relações, fez-se necessário resgatar a memória dos diversos movimentos populares

registrados em Quixadá-CE, traçando uma linha histórica, cujo início se prende à década de 20, interligando as fases de um processo que tem seu crescimento e refluxo alternados, segundo as conjunturas políticas que dominam o país. Constatase, por exemplo, enorme avanço, do período do pós-guerra até o golpe militar de 1964, quando forças reacionárias subjugam e destroem células vivas do organismo social, subjugando e destruindo legítimas manifestações populares. Essas células recompoem-se na clandestinidade e passam a atingir o regime em seus pontos vulneráveis, incongruências e inegáveis falhas.

Em Quixadá, algumas entidades de classe conquistam espaços vitais, nos conflitos entre fazendeiros e camponeses, onde se registram algumas vitórias de camponeses, mesmo que hajam, alguns, perecidos nos embates. A memória do STR — Sindicato dos Trabalhadores Rurais — é rica de acontecimentos, das longas lutas em que tem participado, das nefastas intervenções feitas pelo poder público, com seu aparato policial-militar e a imprensa, postos ambos a serviço dos latifúndios: a força armada da polícia imprimindo o terror como marca das disputas, a imprensa distorcendo informações, deformando a imagem de uma guerra justa.

Na análise da ação política dos movimentos sociais, impõe-se, como pressuposto, a análise histórica das condições sociais concretas das comunidades envolvidas.

Apesar dos mecanismos que o capital interpõe, é incontido e inexorável o avanço das organizações populares na atualidade, fundado na coerência de suas exigências, na verdade de suas necessidades. Nunca o movimento social atingiu amplitude comparável, varou tantas fronteiras. Em todos os recônditos destes sertões se fala em "comunidade", o que significa organização. CEBs, CPT, PT, Associações de Moradores são algumas das muitas faces de um mesmo ideal: mobilização e organização populares como o caminho da conquista da cidadania.

---

CEBs — Comunidades Eclesiais de Base.

CPT — Comissão Pastoral da Terra.

PT — Partido dos Trabalhadores.



**NÓBREGA, José Wilson Menezes da. Estudo do estágio de raciocínio formal em alunos do 1.º ciclo de ciências da UFC que cursam a disciplina Biologia Geral.** Fortaleza: UFC/ Curso de Mestrado em Educação, 1990. 56p. (Dissertação de Mestrado).

O presente estudo aborda o nível de raciocínio formal dos estudantes do 1.º Ciclo de Ciências da Universidade Federal do Ceará, matriculados pela primeira vez na disciplina Biologia Geral.

Para determinação do estágio cognitivo dos estudantes, utilizou-se um teste com conteúdo biológico e um outro teste formulado por Longeot para medida de raciocínio formal utilizando tarefas piagetianas.

Observando-se o curso dos sujeitos da amostra classificada no nível formal, verifica-se que 12 (46%) desses sujeitos ou são dos cursos de Medicina ou de Odontologia, 9 (35%) são de um dos cursos de Engenharia e os restantes distribuindo-se pelos cursos de Farmácia (2), Psicologia (1) e Geografia (1).

Verifica-se também que a idade desses sujeitos varia no intervalo de 17 a 20 anos, com média de idade de 18,6 anos, enquanto os demais sujeitos da amostra apresentam idades no intervalo de 17 a 44 anos e com idade média igual a 21 anos.

Outra observação relativa aos sujeitos da amostra que trabalham constatou que entre os 25 sujeitos da amostra somente 2 se situam no estágio de pensamento formal.

As evidências aqui apresentadas recomendam um modelo instrucional e curricular, voltado para o nível de pensamento dos alunos, uma vez que a maioria ainda tem dificuldades de realizar operações que exijam o pensamento formal.